

VULTOS · DATAS · REALIZAÇÕES



Matias de Albuquerque

por HÉLIO VIANNA

*Maías de Albuquerque*

**BIOGRAFIA**

HÉLIO VIANNA

PROFESSOR CATEDRÁTICO DE HISTÓRIA DO BRASIL DA FACULDADE  
NACIONAL DE FILOSOFIA, DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

*Maiias de Albuquerque*

BIOGRAFIA

92.0  
A34540

— 1944 —  
RIO DE JANEIRO

## ÍNDICE

	Págs.
I — Os Albuquerque Coelho. . . . .	10
II — Capitão-mor de Pernambuco. . . . .	13
III — Governador-geral do Brasil . . . . .	15
IV — Superintendente da Guerra, Visitador e Fortificador das Capitanias do Norte. . . . .	21
V — O general do Arraial do Bom Jesus. . . . .	34
VI — Governador das armas do Alentejo. . . . .	44

### ANEXOS

Carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro, sôbre negócios do Brasil . . . . .	59
Informação de Matias de Albuquerque sobre a "diminuição dos frutos do Brasil". . . . .	62
Informação de Matias de Albuquerque sôbre as "Capitanias do Brasil e do que contém, rendem e despendem". . . . .	65

MINISTERIO DA JUSTIÇA E  
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS  
BIBLIOTECA

NUMERO DATA

250

23-5-52

Na hora das atribuições políticas, quando o espírito se sente afligido pelas preocupações de ordem geral, quando o patriota procura medir as dificuldades que se avizinham de sua Pátria - - é então que na primeira linha de suas evocações devem surgir os grandes mortos que através dos séculos a constituíram e defenderam. É nesta ocasião que, sugerindo soluções para o presente, fornecendo exemplos e revigorando a fé nos destinos da nacionalidade, eles nos aparecem fora da frieza das simples biografias, como criaturas vivas, cuja ação definitivamente se integrou na elaboração do país. Pela mão da História, é então que vamos retirá-los das páginas tranquilas dos livros — quando diretamente não o fazemos dos manuscritos envelhecidos dos arquivos - - e vamos celebrá-los no bronze das estátuas, nas vozes das comemorações, nos hinos da exaltação cívica. Acontece, mesmo, que, provocado pelas necessidades do presente, um nome que se tornou simples designação de logradouro público, volta à atualidade, e, como é o caso de Matias de Albuquerque, vai dourar a proa de um avião, vai honrar a popa de um navio de guerra.

A nós, que nos encontramos em plena guerra, provavelmente longa e difícil, muito nos importa a evocação de vultos como o do esquecido governador-geral do Brasil, por seis anos comandante em chefe da heróica resistência do Arraial de Bom Jesus, o general vencedor da batalha de Montijo e Conde de Alegrete. Fazendo-o, simultâneamente rendemos culto a um português do Brasil e a um brasileiro de Portugal, a um homem em quem a ideia de Pátria não comportava o oceano separador, tão grandes eram os vínculos que a um e outro lado do Atlântico o prendiam.

## Í OS ALBUQUERQUE COELHO

Filho de brasileiro, nascido em Portugal — a despeito dos enganos em que incidiram tantos historiadores e biógrafos — mais além das imposições da paternidade e do berço ocasional, outros fundamentos do título de luso-brasileiro teve Matias de Albuquerque. "General espanhol", chamou-o o mal informado Gaspar Barléu, em 1647. "Nascido em Portugal, mas filho de brasileiro", afirmou melhor Loreto Couto, em 1757. "Nasceu em Olinda, em fins do século XVI", assegurou, em 1882, Pereira da Costa. O pai, entretanto, Jorge de Albuquerque Coelho, de volta de Portugal, chegou a Pernambuco em

1560, e, depois de duramente guerrear os indígenas, daí partiu a 29 de junho de 1565, ainda solteiro, "e não consta voltasse mais à capitania" — esclareceu o Sr. Rodolfo Garcia, em nota a Varnhagen. Tudo isto não impedindo, porém, que, ainda em 1940, continuasse o Sr. Rocha Martins afirmando a naturalidade brasileira de Matias de Albuquerque. (1)

Era neto do primeiro donatário de Pernambuco, desse Duarte Coelho em quem Carlos Malheiro Dias viu poderoso "exemplo de um construtor de nação", único, entre todos os donatários, "que logra resistir às privações e aos perigos; único que consegue implantar-se firmemente em seus domínios e legá-los aos seus descendentes como um fundador de dinastia" (2). Era sobrinho-bisneto do grande Afonso de Albuquerque, e sobrinho-neto de Jerônimo de

- (1) Gaspar Barléu — *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau, etc.*, 2.<sup>a</sup> edição brasileira, Rio, 1940, pág. 29. — D. Domingos do Loreto Couto — *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, nos Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXV, de 1903, pág. 75. — Francisco Augusto Pereira da Costa — *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, 1882, pág. 704. — Rodolfo Garcia, nota à *História Geral do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro, São Paulo, s/d, I-453. — Rocha Martins — *Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal*, 8.<sup>o</sup> fascículo, Lisboa, 1940, pág. 317.
- (2) Carlos Malheiro Dias — "O regime feudal das donatárias", na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, 1924, III-256.

Albuquerque, o Torto, o Adão pernambucano, o "branco cisne venerando", como o cantou Bento Teixeira (3), "durante meio século a grande figura da capitania", na opinião, sempre decisiva, de Capistrano de Abreu (4). Parente, também, de outro Matias de Albuquerque, capitão-mor de Chaul e Ormuz, depois visorrei da índia, mudou-lhe este o nome, ao doar-lhe a fortuna, mas ganhou na transação, ao fazer de um simples Paulo de Albuquerque, o imortal Matias (5). Sobrinho de Duarte Coelho de Albuquerque, segundo donatário, morto em consequência dos ferimentos recebidos na campanha d'África, era filho do também olindense Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatário, como o irmão combatente contra os indígenas no Brasil, herói da **Relação do Naufrágio e da Proso-  
popéia**, fidalgo a quem coube, no fragor da batalha, em Alcácer, oferecer o cavalo a El-Rei D. Sebastião. Sua mãe, D. Ana de Menezes, filha de D. Álvaro Coutinho, ligou-o a uma das maio-

- (3) Bento Teixeira — **Prosopopéia dirigida a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco, Nova Lusitânia**, etc., Rio de Janeiro, 1923, pág. 45.
- (4) Capistrano de Abreu — **Prolegômenos à História do Brasil**, de frei Vicente do Salvador, São Paulo, 1918, pág. 81.
- (5) Cf. Hélio Vianna — "Albuquerque — Senhores de Pernambuco", extrato de um **Cartapácio de Vários Papéis Manuscritos**, códice da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, procedente da Biblioteca dos Condes de Castelo Melhor, fl. 350 — publicado na revista **Cultura Política**, do Rio de Janeiro, n.º 16, de junho de 1942, pág. 309.

res e mais desgraçadas Casas do Reino, fadada porém a rápida extinção : a do Marquês de Vila Real e do Duque de Caminha. Seu irmão e justificado panegirista, outra fonte, mais tarde, de infundadas suspeitas à lealdade portuguesa de Matias, foi Duarte de Albuquerque Coelho, Conde e Senhor de Pernambuco, seu quarto e último donatário efetivo, Marquês de Basto, autor das inestimáveis **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**. (6)

## II — CAPITÃO-MOR DE PERNAMBUCO

Nascido, portanto, em Portugal, no último decênio do século XVI, é tradição aceita que Matias de Albuquerque, a exemplo de tantos fidalgos portugueses, ao tempo da união das coroas ibéricas, como militar "servira com Spínola na bela escola de Flandres." (7)

Cedo, porém, aproveitou-o na administração colonial o irmão donatário, confiando-lhe em 1619 o governo de Pernambuco, a mais rica das capitanias brasileiras, cujo progresso por essa época assinalou Varnhagen : "A povoação do Recife crescia consideravelmente, bem como

- (6) A serem reeditadas brevemente, em nova tradução, **prefaciada e anotada pelo autor desta biografia e em publicação da Dois Mundos Editora, Ltda., do Rio de Janeiro**.
- (7) Oliveira Lima — **Pernambuco e seu desenvolvimento histórico**, Leipzig, 1895, págs. 63-64.

toda a dita capitania de Pernambuco, sob as ordens do capitão Matias de Albuquerque, irmão do donatário e seu lugar-tenente. A colonização e cultura se estendera ao extremo meridional da capitania, e se desenvolvia consideravelmente nas vizinhanças das Alagoas, nas vilas da Madalena e de Santa Luzia." (8)

De como até fins de 1626 nesse governo se manteve Matias, dizem muito bem algumas referências de frei Vicente do Salvador, patriarca de nossos historiadores. Cioso de suas prerrogativas, teve desinteligências com D. Luiz de Sousa, Conde do Prado e Senhor de Beringel, 12.º governador-geral, que, por isso mesmo, ao retirar-se para o Reino, não quis ir no comando da frota, talvez para não ter ocasião de entender-se com Matias, capitão-mor de Pernambuco, "com quem não estava corrente" (9), diz o bom do frade. Também com o 13.º governador-geral teve o futuro Conde de Alegrete sintomático conflito de jurisdição, ao nomear Diogo de Mendonça Furtado um seu criado para capitão do Recife, admitindo-o Matias apenas como capitão da fortaleza de El-Rei, não no posto civil. (10)

Noutros setores, entretanto, perfeita vigilância e providência manifestou o irmão e lugar-

(8) Visconde de Porto Seguro — Op. cit., II-192-193.

(9) Frei Vicente do Salvador — História do Brasil, São Paulo, 1918, pág. 496.

(10) Frei Vicente do Salvador — Op. cit., pág. 494.

tenente do donatário. Ainda em 1621, mediante régio aviso, preveniu-se com a possível vinda do "irrequieto aventureiro" La Ravardière, "cavaleiro da triste figura" na tentativa francesa do Maranhão, que com a participação de holandeses então tencionava assaltar Pernambuco. (11) Na iminência desse ataque, que afinal se dirigiu à Bahia, coube-lhe cuidar das fortificações pernambucanas e, de tal forma o fez que pode isto ter contribuído para que, em vez da mais opulenta das capitanias do Brasil fosse antes preferida, para o golpe da conquista estrangeira, a própria capital, onde dúvidas foram suscitadas quanto ao tributo destinado às obras militares. (12)

### III — GOVERNADOR-GERAL DO BRASIL

Chegados, afinal, os flamengos, aprisionado o governador-geral e conquistada a Cidade do Salvador, em 1624, viu-se Matias de Albuquerque sob a mais dura eventualidade, imposta pela confiança de que já gozava nos conselhos da coroa. Indicado nas vias de sucessão para assumir o posto vago, seu primeiro desejo de soldado foi seguir para a Bahia, a combater o intruso. Mas, político também, conhecedor das

(11) Nota do Sr. Rodolfo Garcia à História Geral do Brasil cit., do Visconde de Porto Seguro, II-212-213.

(12) J. J. de Andrade e Silva — Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, Lisboa, 1855, III-124.



circunstâncias e dos fracos elementos de que podia dispor para a imediata expulsão do invasor, no dizer de frei Vicente "fez logo uma junta dos oficiais da câmara, capitães, prelados da religião e outras pessoas qualificadas sobre se viria em pessoa socorrer a Bahia, o que por todos lhe foi contradito, assim porque não bastaria o socorro que de lá podia trazer para recuperá-la, como pelo perigo em que deixava estouta capitania, de cuja fortificação e defesa se devia também tratar, pois viam arder as barbas dos seus vizinhos." (13)

Dando começo, porém, a uma série de providências que bem denotam a solidariedade em que se mantinham governantes e povoadores das várias capitanias, não tardou a remeter os primeiros socorros, pelo próprio emissário recebido, António de Moraes, com soldados, armas e munições. Fortificada a vila de Olinda e guardadas as suas vizinhanças, no Recife pediu que permanecesse Francisco Coelho de Carvalho, primeiro governador do Estado do Maranhão, com três companhias de soldados que ali se encontravam de viagem a seu destino. À Bahia, novos recursos enviou Matias, com Francisco Nunes Marinho, nomeado capitão-mor, a quem não duvidou conceder poderes extraordinários, que se estendiam às capitanias de Ilhéus, Porto

(13) Frei Vicente do Salvador — Op. cit., pág. 534.

Seguro e Sergipe. (14) Chegando, porém, do Reino, o pernambucano e parente D. Francisco de Moura, nomeado capitão-mor do Recôncavo, com três caravelas, mais seis caravelões, com 80.000 cruzados de novos provimentos em oito dias lhes acrescentou o governador-geral, no posto confirmado por Felipe IV. Melhor ainda, por sua ordem juntaram-se-lhe elementos do valor do experimentado Manuel de Sousa de Sá e do futuroso Feliciano Coelho de Carvalho. (15) Afim de favorecer o alistamento, nem mesmo vacilou, de acordo com os costumes do tempo, em conceder perdão a todos os criminosos que acudissem à guerra -- o que plenamente depois confirmou Ei-Rei, diante das dúvidas suscitadas pela Relação. (16) Chegando da Europa o magnífico socorro que consistiu na esplêndida Jornada dos Vassalos — porventura a mais brilhante expedição militar que um dia passou u América -- nem por isso cessou Matias a remessa de reforços valiosos à restauração da Bahia, neles se encontrando seus parentes, os irmãos Cavalcanti de Albuquerque, com 130 soldados. (17)

Vitoriosos, afinal, contra os holandeses invasores os congregados portugueses, espanhóis,

(14) D. José de Mirales — *História Militar do Brasil*, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXII, de 1900, pág. 135.

(15) Frei Vicente do Salvador — Op. cit., págs. 545-546.

(16) Nota do Sr. Rodolfo Garcia à *História Geral do Brasil*, cit., II-247.

(17) Frei Vicente do Salvador — Op. cit., pág. 567.

brasileiros e napolitanos, a Matias coube ainda proporcionar-lhes o tiro de misericórdia, com a expedição que mandou à baía da Traição, onde haviam desembarcado e foram vencidos os tardios reforços aos flamengos trazidos por Balduino Henrique.

Até 1627 prosseguiu êle como titular do govêrno-geral, que tinha autorização para exercer mesmo de Pernambuco.

Cabe aquí, entretanto, um reparo reivindicador aos muitos autores que, apesar dos documentos, não consideram o futuro Conde de Alegrete governador-geral. A inadvertência de Varnhagen, seguido por historiadores menores e compiladores destituídos de espírito crítico e amor à pesquisa, não o enumerando como tal (18), não tem nenhuma razão de ser, à vista, por exemplo, do límpido texto do contemporâneo frei Vicente do Salvador, onde magnificamente e de corpo inteiro se retrata o nosso biografado :

"Foi Matias de Albuquerque, todo o tempo que serviu assim de capitão-mor de Pernambuco como de governador-geral do Brasil, que foram sete anos, sempre muito limpo de mãos, não aceitando cousa alguma a alguém, nem tirando ofícios para dar a seus criados. Nas ocasiões de guerra e do serviço de Sua Majestade

(18) Visconde de Porto Seguro — Op. cit., V-305.

foi mui diligente, não se poupando de dia nem de noite ao trabalho. Nunca quis andar em rede, como no Brasil se costuma, senão a cavalo ou em barcos e, quando nestes entrava, não se assentava, mas em pé os ia êle próprio governando. Tinha grande memória e conhecimento dos homens, ainda que só uma vez os visse, e ainda dos navios que uma vez vinham àquele porto, tornando outra daí a muito tempo, antes de chegar o mestre, dizia cujos eram, e vez houve que, vindo um corn o mastro mudado, vendendo-o de mui longe com o óculo, disse: aquele é tal navio, que aquí veio há um ano, mas traz já outro mastro. E assim o afirmou o mestre depois que chegou, sendo perguntado."

Partindo enfim para a Europa, a 18 de junho de 1627, a tomar algum justo descanso de tantos trabalhos, assim comentou o inestimável franciscano a administração de Matias de Albuquerque, simultânea e pitorescamente, pondo termo à sua **História do Brasil**:

"Teve boa fortuna em seu governo, por serem os tempos tão infortunos e calamitosos, e na viagem o livrou Deus de inumeráveis corsários, de que o mar estava povoado, levando-o sempre a salvamento, em cinquenta e dois dias a Caminha, onde achou o duque dela e marquês de Vila Real, D. Miguel de Menezes, seu parente,, onde os deixaremos, e darei fim a esta história

porque sou de sessenta e três anos e é já tempo de tratar só da minha vida, e não das alheias."

Vem de longe, aliás, a confusão quanto ao governo-geral efetivamente exercido por Matias de Albuquerque. D. Domingos do Loreto Couto e D. José de Mirales, ainda no século XVIII a incentivaram, ao considerar ocupantes do cargo, simultaneamente, o capitão-mor de Pernambuco e D. Francisco de Moura (20). Southey, embora não omitindo a designação eventual das vias de sucessão, também entendeu que o mando principal competisse ao pernambucano soldado das Flandres e ex-governador do Cabo Verde (21). Joaquim Manuel de Macedo, consagrando-o no mais divulgado dos compêndios (22), muito contribuiu para a repetição do erro. Em consequência de tudo, publicações recentes, e mesmo especializadas, como a do Sr. Conde de Campo Belo, omitem o glorioso vencedor de Montijo na lista dos governadores-gerais do Brasil (23). É tempo, porém, de se dar ao luso-brasileiro típico o lugar que também neste setor lhe compete,

- (20) D. Domingos do Loreto Couto — Op. cit., Livro II, pág. 141 e Livro V, pág. 62, nos **Anais da Biblioteca Nacional**, cits., vols. XXIV e XXV, de 1902 e 1903, respectivamente. — D. José de Mirales — Op. cit., pág. 135.
- (21) Robert Southey — **História do Brasil**, trad. brasileira de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, Rio, 1862, II-157, 178 e 182.
- (22) Joaquim Manuel de Macedo — **Lições de História do Brasil**, edição atualizada até 1922, pág. 160.
- (23) Conde de Campo Belo (D. Henrique) — **Governadores-Gerais e Vice-Reis do Brasil**, Lisboa, 1940, pág. 57.

embora em detrimento de seu primo, ocasionalmente brasileiro nato. Matias de Albuquerque Coelho foi, efetivamente, décimo-quarto governador-geral do Brasil, e D. Francisco de Moura, simples capitão-mor da Gente de Guerra, do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos (24), a ele, como a D. Fradique de Toledo Osório eventualmente subordinado (25). Para prová-lo, definitivamente, nada melhor que os documentos de sua autoria, em anexos adiante pela primeira vez publicados.

#### IV SUPERINTENDENTE DA GUERRA, VISITADOR E FORTIFICADOR DAS CAPITANIAS DO NORTE

Menos de dois anos de descanso teve na Europa o ex-capitão-mor de Pernambuco e governador-geral do Estado do Brasil. Em Madrid e Lisboa ocupou-se, e muito, dos negócios brasileiros, como provam os documentos anexos, de

- (24) Assim o designa o "Registo do Alvará por que se manda pagar a Dom Francisco de Moura, Capitão-mor, o ordenado que tem com o dito cargo", onde se menciona a nomeação de 10 de setembro de 1624. (Nos **Documentos Históricos**, 1625-1631, vol. XV da série, XIII dos Documentos da Biblioteca Nacional, Rio, 1930, pág. 73).
- (25) O próprio D. Francisco de Moura não se mostrou satisfeito com a posição subalterna em que estava, como se infere de sua carta ao Rei, datada de 10 de maio de 1625, incluída por Francisco Adolfo de Varnhagen na **História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**, Viena d'Austria, 1871, págs. 283-284.

1627 e 1628. Sabendo-se de novos e grandes preparativos de outra tentativa holandesa contra os domínios ultramarinos da monarquia luso-espanhola, houve por bem El-Rei D. Felipe IV nomeá-lo, a 24 de maio de 1629, de acordo com uma sugestão do próprio Matias de Albuquerque, Superintendente da Guerra da Capitania de Pernambuco, Visitador e Fortificador das Capitánias do Norte. Fazendo-o, pesados encargos confiava a quem pouco antes, no dizer de Varnhagen, "dera de si tão boa conta" (26). Mas, como afirmava a própria carta-patente, convinha enviar à referida capitania pessoa de tais partes e qualidades que se pudesse esperar que a defendesse (27), como realmente aconteceu.

Fazendo preito e homenagem do novo posto nas mãos do Arcebispo de Lisboa, governador de Portugal, a 3 de agosto seguinte, recebido pequeno contingente de soldados, partiu para o Brasil, a 4 de outubro do mesmo ano chegando ao porto de Jaraguá e a 18 a Olinda, onde prosseguiu e incentivou providências de defesa militar já iniciadas.

Neste ponto, mais uma vez temos de nos deter no exame das afirmações contraditórias dos historiadores, tendo em vista apurar a sem

(26) Visconde de Porto Seguro — *História Geral do Brasil*, cit., II-275, e *História das Lutas com os Holandeses*, cit., pág. 31.

(27) (Transcrita nos *Documentos Históricos*, cits., XV-335-357.

razão com que alguns dentre êles criticaram as primeiras atividades de Matias de Albuquerque em seu segundo e glorioso governo de Pernambuco, de que também vinha investido.

Frei Manuel Calado, panegirista de João Fernandes Vieira e sem a vantagem de ter sido testemunha de vista, embora advertindo que destas cousas iria "tratando por maior", contou no **Valeroso Lucideno** que o governador-geral, Diogo Luiz de Oliveira, lhe enviou, em 1629, o sargento-mor do Estado, Pedro Correia da Gama, afim de que cuidasse das fortificações da capitania, aliás construídas ou melhoradas por Matias, anos antes. Omite, porém, o mesmo autor, quaisquer providências a respeito tomadas pelo Superintendente da Guerra, embora não se esqueça de mencionar as festas que o mesmo promoveu, com "escaramuças, canas e encamisadas", em regosijo pelo nascimento do herdeiro do trono espano-português, o infante D. Carlos Baitasar (28).

Francisco de Brito Freire, na **Nova Lusitânia História da Guerra Brasília**, embora sem negar a diligência com que se havia o general, dúbiamente anotou que com "infrutuoso sentimento" se referia êle "a muitas cousas sem remédio" aquí encontradas, como se quisesse

(28) Frei Manuel Calado — *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, Lisboa, 1648, pág. 10.

"prevenir a desculpa ou aumentar a glória do que lhe sucedesse, próspera ou desgraçadamente." (29)

Frei Rafael de Jesus, também louvaminheiro de João Fernandes Vieira, escrevendo já em 1679, foi o mais pérfido no prodigalizar injustas alusões a Matias de Albuquerque. Chegando êste em Pernambuco, cinquenta anos antes "apresentou suas ordens, por elas foi obedecido, porém não festejado" - diz êle. Depois de referir-se à construção de um reduto, junto ao forte de São Jorge, que não chegou a ser utilizado, maldosamente comentou e ampliou as festas pelo nascimento do príncipe, por conta própria e sem apoio em qualquer documento ou tradição respeitável, salientando que "o povo, engolfado no entretenimento, perdeu a memória dos rezeiros e toda a aplicação dos reparos." (30)

Navegando nas mesmas águas dessas infundadas acusações, agravou-as, no século seguinte, o verboso coronel Sebastião da Rocha Pitta, em sua **História da América Portuguesa**: "Pareceu fatalidade -- diz êle -- sendo Matias de Albuquerque tão belicoso, e tendo feito hábito do furor das armas que exerceu em Flandres e em

(29) Francisco de Brito Freire — Nova Lusitânia — História da Guerra Brasilica, Lisboa, 1675, pág. 167.

(30) Frei Rafael de Jesus — Castrioto Lusitano, Lisboa, 1679 pág. 21.

outras regiões da Europa, com grandes provas de soldado, meter-se agora a ser lisonjeiro." (31)

Foi mais além, como de praxe, Robert Southey, afirmando que o general, "em lugar de trabalhar para pôr Olinda em estado de defesa, só tratou de festas e folgares e pompas e galas, nem em toda a cidade se cuidava em outra cousa." (32)

Não ficou atrás nas injustiças baseadas em simples repetições Fernandes Gama, nas **Memórias Históricas** da Província de Pernambuco. Segundo ele, Albuquerque, "em lugar de cuidar nos preparativos para a defesa, ordenou festas públicas, convencido, sem dúvida, de que a adulação e lisonja são mais agradáveis na Corte do que os serviços relevantes." (33)

Na esteira dos maus historiadores seguiram os compiladores. Vários compêndios de História do Brasil repetiram a aleivosia.

Entretanto, nada mais injusto e menos real que a acusação esboçada por frei Calado, ampliada por frei Rafael e seguida por tantos. Provam sua inanidade depoimentos contemporâneos, como, por exemplo, a **Relação Verdadeira e Breve**

(31) Sebastião da Rocha Pitta — História da América Portuguesa, Lisboa, 1730, pág. 240.

(32) Robert Southey — Op. cit., II-194.

(33) José Bernardo Fernandes Gama — Memórias Históricas da Província de Pernambuco, Recife, 1844, pág. 195.

**da Tomada da Vila de Olinda e lugar do Recife na Costa do Brasil pelos rebeldes de Holanda** (34) -- na qual, embora sucintamente, são mencionadas as providências às vésperas do assalto tomadas por Matias de Albuquerque.

Mais minuciosos e decisivos esclarecimentos a respeito, são os contidos nas **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**, escritas pelo próprio donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, no dizer de Capistrano "admirável historiador desta guerra", nessa parte à vista de "Relações Diárias" que também compôs seu irmão e preposto no governo da capitania, o general responsável pela defesa da terra que lhe foi entregue. Aí se relatam, desde o início, como enfrentou, eliminou ou contornou as dificuldades sobrevindas o futuro vencedor de Montijo.

Ainda na Europa, diante do exíguo socorro constante de uma caravela, 27 soldados e alguma munição, que lhe deram para defender Pernambuco e as capitanias vizinhas — "de nada adiantou que apresentasse com evidentes razões e

(34) Precioso folheto tirado "de uma carta que escreveu um Religioso de muita autoridade, e que foi testemunha de vista de quase todo o sucedido: e assim o afirma e jura", impresso em Lisboa, no "fatal ano de 1630", por Matias Rodrigues. Dele possui um exemplar a Biblioteca Nacional, cujo texto em boa parte transcrevemos na revista **Cultura Política**, do Rio de Janeiro, n.º 19, de setembro de 1942, págs. 237-239, sob o título "Uma relação pouco conhecida da tomada de Olinda pelos holandeses em 1630." Já havia sido publicado, antes, nos Anais da **Biblioteca Nacional**, vol. XX, de 1898, págs. 125-132.

mesmo protestos, o que se poderia esperar de tal parcimônia. Porém nele pôde mais a obediência que o conhecimento de que se perderia, se o inimigo o buscasse".

Chegando ao Brasil, "logo tratou de ver o estado em que estavam as principais defesas daquela Praça (isto é, do Recife), que êle havia construído quando fora governador e capitão-general do Brasil. Muito lhe doeu achar tudo desmantelado, especialmente a fortificação do rio Tapado, e que lhe faltasse a artilharia que alí deixara, para defesa do desembarque naquele Porto e nas praias da parte do Páu Amarelo.

"Também encontrou arruinadas a Bateria fronteira à Barra e as outras dos dois lados do forte de Terra de São Jorge. Não só achou dessa maneira essas fortificações, que havia deixado aparelhadas, mas ainda a gente pouco numerosa, poucas as armas e o exercício delas quase nenhum. Tudo isto lhe deu natural cuidado, ponderando quanto seria difícil pô-lo em conveniente defesa, com a brevidade que desejava e era necessária; porque Pernambuco tinha 60 léguas de costa e nelas muitos pontos em que o inimigo podia desembarcar; e com 26 portos maiores e menores, por onde podiam entrar seus baixéis medianos, sem nenhuma defesa; e a Vila de Olinda, cabeça daquela Praça, estava à beiramar, sem fortificações; e que o porto principal

do Recife tinha somente 6 peças de ferro à entrada, numa bateria inacabada; que não existiam muralhas, nem trincheiras."

Dispondo, aí, apenas de dois pequenos fortes, os de São Jorge, ou de Terra, e de São Francisco da Barra, do Mar ou do Picão, somavam as forças da capitania cerca de 800 homens, inclusive 650 milicianos, na quase totalidade mal armados, bisonhos e desmuniados.

"Eram estas - - prossegue o donatário — as impossibilidades em que se achava o general Matias de Albuquerque. Nem era a menor o pouco tempo que julgava ter para prevenir tudo; mas no que lhe permitiu, não se descuidou de cousa alguma.

"Deu início a um forte no rio Tapado; e também a outro em frente da barra principal do Recife; pôs duas baterias ao lado do forte de Terra São Jorge; e depois de entrincheirar o Recife, começou outro forte à sua entrada, como principal cabeça de toda aquela defesa."

Pôs uma bateria na Barreta. Organizou todo um sistema de sinais, por meio de fogueiras, para vigia do litoral. Recenseou os capitães de milícias, pôs de guarda os de Olinda, ajuntou armas, dispôs quanto ao aproveitamento dos indígenas aldeados pelos padres da Companhia de Jesus. Mandou buscar mantimentos, construindo armazéns para guardá-los. De longe mandou vir

madeira para as fortificações e para os reparos da artilharia.

Dando começo às operações militares, ainda antes da chegada dos holandeses a Pernambuco, com inteiro êxito mandou uma pequena expedição à ilha de Fernando de Noronha, para prender os flamengos que lá se encontravam. (35)

À vista de todos esses fatos inegáveis, alguns espontâneos advogados de sua atitude também obteve Matias, a começar pelo maior de nossos historiadores, Francisco Adolfo de Varnhagen. "Vários contemporâneos - - disse êle na **História Geral do Brasil** - - são concordes em assegurar que Albuquerque fez por então quanto estava ao seu alcance". (36) Mais tarde, na **História das Lutas com os Holandeses no Brasil**, positivamente acrescentou o Visconde de Porto Seguro: "Já passou felizmente o tempo de serem os escritores obrigados a inventar faltas aos agentes dos governos para desculpar os erros destes. Quando apareceram os desastres, não deixou de haver quem por êles increpasse unicamente a Matias de Albuquerque, e ainda em nossos dias vários escritores o têm censurado de haver

(35) Toda essa parte sobre os preparativos de Matias de Albuquerque, cf. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco — **Memórias Diárias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve anos, empeçando desde el de M.DC.XXX**, Madrid, 1654, págs. 5-8.

(36) Visconde de Porto Seguro — Op. cit., II-275.

perdido tempo festejando, com disparos de artilharia, a notícia do nascimento de um infante, como se, ainda quando assim fosse, não pudesse, desse mesmo aparato bélico, resultar um pretexto para o alardo de toda a milícia. A verdade, em todo o caso, é que o novo governador, nos cinco meses menos quatro dias que esteve no seu posto, antes de se apresentar a esquadra inimiga, fez quanto podia." (37)

Entre um e outro livro do Pai de nossa História, também Joaquim Manuel de Macedo minuciosamente defenderia Matias de Albuquerque de tão injustas increpações, aventando mesmo a hipótese de terem sido as exploradas festas pretexto para retenção no litoral de milicianos capazes de acudir ao primeiro rebate. (38)

Com Macedo e Varnhagen concordou o cónego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, nas anotações a Southey como em sua coletânea de **Estudos Históricos**. (39)

Pondo definitivo termo à questão, coube a Capistrano de Abreu resumir e julgar em seis palavras a ação de Matias de Albuquerque nos

(37) Visconde de Porto Seguro — Op. cit., págs. 32-33.

(38) Joaquim Manuel de Macedo — "Dúvidas sobre alguns pontos de História Pátria", na **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, tomo 25, de 1862, págs. 6-14.

(39) Cónego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro — Nota a Robert Southey — Op. cit., II-194; e **Estudos Históricos**, Rio, 1876, pág. 326.

quatro meses que antecederam à invasão. Chegando ao Recife - - disse o Mestre inigualável de nossa História - - "entregou-se com todo o devotamento à obra desesperada." (40)

Obra realmente desesperada foi essa, que começou ao repelir a tentativa de desembarque no Recife, aos 15 de fevereiro de 1630 (o que constitue prova bastante da eficiência dos preparativos de defesa), prosseguiu ao impedi-lo no rio Tapado, continuou ao se sacrificarem alguns bravos - - como o heróico André Pereira Temudo - - nas ruas de Olinda, duramente se manteve por toda uma quinzena, na obstinada defesa dos fortes do Recife, em que tanto se distinguiu António de Lima.

Matias de Albuquerque, de acordo com o autor da **Relação Verdadeira e Breve da Tomada da Vila de Olinda e lugar do Recife**, teve, então, a atitude denodada que dele seria lícito esperar. Eis como o referido "Religioso de muita autoridade" descreve o episódio capital da entrada dos holandeses em Olinda:

"Mas não foi bastante o serem tantos milhares, e o virem vitoriosos, e os nossos já pouquíssimos e retirados, para os não rebaterem por três vezes, que cometeram a trincheira que estava pegada ao reduto do presídio junto ao

(40) J. Capistrano de Abreu — **Capítulos de História Colonial**, 3.ª ed., Rio, 1934, pág. 88.



Convento de São Francisco, a qual os nossos defenderam por espaço de duas horas com grande valor, à sombra do seu general Matias de Albuquerque, que a todos os assaltos se achou presente, e correndo de uma e outra parte, como destre e valoroso Capitão. Achando o inimigo naquela paragem tamanha resistência, desesperado de poder ganhar a trincheira, e escandalizado também de uma peça que dela se disparou e fez voar alguns pelos ares, e de outros muitos que lhe haviam mortos, desferrou daquele posto, e guiado por quem sabia a terra (41), foi marchando por entre as cercas dos Padres de São Francisco e da Companhia de Jesus, para por ali entrarem na Vila. O capitão Salvador de Azevedo, com uns poucos de soldados com que se achou lhe quis impedir a passagem, mas como os inimigos eram muitos, e a Vila aberta e estendida, montou pouco o valor e deliberação de tão poucos; começaram a entrar sem resistência de consideração. O que sabendo o capitão André Pereira Temudo, com raiva digna de muita inveja, arremeteu às barbas, e as arrancou, e aborrecido da vida se foi acompanhado de só doze homens, e saindo na rua da Misericórdia ao encontro dos inimigos

(41) Refere-se o autor à traição do judeu António Dias Papa-robálos, o guia dos invasores, verdadeiro precursor da "quinta coluna", pois "estivera anos antes comerciando em Pernambuco e passara à Holanda", de onde voltou com a expedição conquistadora de 1630, cf. o Visconde de Porto Seguro — *Op. cit.*, II-278.

pelejou com eles à espada valerosissimamente, até cair morto, passado de muitas balas, com alguns de seus companheiros, que todos o fizeram como valerosos e verdadeiros Portugueses. Assim se foram senhoreando da Vila; quisera-os ir investir o nosso capitão-general, mas reprovaram-lhe a determinação esses poucos que com ele ainda estavam, havendo-o por sabida temeridade e assim obrigado dos requerimentos que todos lhe fizeram, se retirou para o Recife por entre nuvens de pelouros, que de mar e terra choviam sobre os nossos." (42)

Na dura contingência em que se encontrava, não duvidou Matias de Albuquerque punir severamente os que quisessem faltar a seus deveres, abandonando a luta sob pretexto de que "o inimigo era tão superior que não tinham remédio" senão "fugir para o mato." "Mandei-os alancear e o fiz a muitos pessoalmente" - disse êle em carta ao Rei. (43)

De tôda essa luta desigual, em que poucas centenas de homens fizeram frente a alguns milhares, foi Matias de Albuquerque a alma incontestável, o chefe onipresente que a tudo provia,

(42) *Relação cit.*, cujo folheto está incluído em códice da coleção Castelo Melhor da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. cf. nota 34, supra.

(43) Carta de Matias de Albuquerque a Felipe IV, de 18 de fevereiro de 1630, sobre a perda de Pernambuco, transcrita em anexo à secção XXVIII da *História Geral do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro, II-338.

que sem desanimar procurava remediar o irremediável. E' então que êle se eleva como um herói, o grande herói da resistência a todo custo, da resistência sem outra esperança que a possibilidade de ter reconhecido o mérito do cumprimento do dever. E' então que êle vai dar fundamento à grande verdade que pela primeira vez revelou Capistrano de Abreu, em cinco linhas que dizem todo o essencial sobre sua ação no Brasil e sobre o fracasso final do invasor, que ela proporcionou.

"Durante êste tempo Matias de Albuquerque trazia sempre inquieto o inimigo. Entregue aos próprios recursos não lograria desalojá-lo, mas tirava-lhe o sossego, diminuia-lhe a confiança, reduzia-lhe o número, impedia-lhe as comunicações com a gente da terra e nesta substitua o sóssôbro do primeiro momento pelo desejo de lutar e desprezo de morrer: a dominação holandesa era um facto; não era, nunca seria um facto consumado." (44)

## V — O GENERAL DO ARRAIAL DO BOM JESÚS

A fundação do Arraial do Bom Jesus foi a chave da situação que Matias de Albuquerque duramente soube criar e por cinco anos longa-

(44) J. Capistrano de Abreu — Op. cit., págs. 89-90.

mente conseguiu manter. Impotente para expulsar o invasor, **localizou-o** no litoral, por muito tempo impediu-o de tirar qualquer proveito da terra aparentemente conquistada. O sistema de guerrilhas, que logo com inteiro êxito passou a empregar, cada vez maiores gastos humanos exigia do inimigo. A intransigência com que o combateu, a despeito de todas as dificuldades, muito contribuiu para que se generalizasse a certeza da incompatibilidade de quaisquer relações estáveis entre os habitantes do país e os heterogêneos elementos que a cupidez da Companhia das índias Ocidentais atirou à malograda aventura transatlântica da sempre inexistente Nova Holanda. Mais do que o general da resistência ao invasor, foi Matias de Albuquerque o zeloso guardião da tradição **lusu-brasileira**, que um hiato gerado pela força jamais conseguiria quebrar.

Sem querer prolongar demasiadamente o exame da verdadeira epopeia que é a história dos cinco anos que durou o Arraial do Bom Jesus, rapidamente passaremos por seu aspecto propriamente militar, que constitue página sem exemplo na história das regiões longamente invadidas.

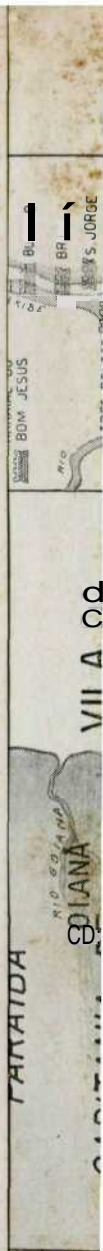
Realmente, bastaria a existência de tão singular fortaleza, colocada nas proximidades das povoações ocupadas pelo inimigo vindo de **além-mar**, para singularizar a guerra que por todo um lustro Matias de Albuquerque conseguiu sus-

tentar. Seja dito desde logo, para explicar o seu abandono final, que para resolver o impasse surgido com sua criação, somente a extraordinária superioridade numérica do invasor pôde trazer solução, ao mesmo tempo que careciam de reforços e, gradativamente, de quaisquer recursos bélicos e de aprovisionamento, os que até o fim defenderam a excepcional posição estratégica.

Dito isto, vejamos como sucessivamente se processou a efêmera conquista holandesa do Nordeste, vitória que mais honra aos vencidos de 1635 que aos mercenários da Companhia das Índias Ocidentais.

Fundado o Arraial do Bom Jesus, já a 14 de março de 1630 sofria êle o primeiro e inútil ataque dos holandeses. Nos meses seguintes, aos comandados de Matias de Albuquerque competiria atacar as fortificações do Recife, novas e antigas: os fortes Ernesto e das Cinco Pontas, na ilha de António Vaz; os do Brum e do Buraco, no istmo que liga Olinda ao Recife; o das Três Pontas, na junção dos rios Capibaribe e Beberibe.

A êsse tempo, já havia o general recebido os primeiros reforços das capitâneas vizinhas — gente da Paraíba trazida por seu primo Matias de Albuquerque Maranhão, índios do Ceará acompanhados por Martim Soares Moreno, o legendário "guerreiro branco" de **Iracema**. Quanto aos auxílios vindos de Portugal, não foram eles





tão escassos ou tardios quanto dão a entender certos historiadores. Documentos que há pouco tempo pela primeira vez divulgamos, que se guardam na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, mostram que nesse setor do socorro ao Brasil invadido, também em 1631-1632 a antiga metrópole fez o que pôde, dentro de suas possibilidades e das contingências do momento, atendendo ainda à enorme extensão do território a defender. (45) Nem de outra forma se compreenderia, aliás, o prolongamento da resistência por tanto tempo, se gente, armas e munições não fossem muitas vezes encaminhadas ao bravo defensor do Nordeste.

Em maio de 1631, procurando romper o círculo de emboscadas em que constantemente caíam e que lhes impedia o acesso ao interior — fizeram os flamengos uma incursão à capitania de Itamaracá, de cuja capital, a vila da Conceição, foram repelidos pelo valente capitão Salvador Pinheiro, embora na ilha conseguissem lançar os fundamentos do forte de Orange. Ainda sem obter qualquer resultado, voltaram suas vistas para as capitanias reais da Paraíba e Rio Grande. Em Pernambuco, assediados constan-

(45) Cf. o artigo "Quanto custaram a Portugal os socorros enviados ao Brasil em 1630-1631", publicado na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, n.º 24, de fevereiro de 1943, págs. 149-152.

temente pelos do Arraial, foram obrigados a abandonar Olinda, previamente incendiada.

A Bento Maciel Parente, outro grande colonizador português cuja vida principalmente transcorreu no Brasil, em São Vicente como no Maranhão e Pará, e que tinha vindo do Reino num daqueles primeiros socorros enviados a Pernambuco - - coube defender a posição excepcionalmente valiosa do Cabo de Santo Agostinho, por onde eram recebidos tais reforços vindos por mar. Construído, aí, o forte de Nazaré, guardou-o o terço napolitano de João Vicente São Félix, Conde de Bagnoli, pouco antes chegado, como o donatário Duarte de Albuquerque Coelho, na armada de D. António Oquendo.

Com a traição de Calabar, em 1632, outros pontos passaram a ser atacados pelos holandeses, como Igaracú. No ano seguinte, ocorre o episódio da heróica defesa do forte do Rio Formoso, onde os vinte homens comandados por Pedro de Albuquerque não se rendem aos holandeses, infinitamente superiores em número, porque caem todos, mortos ou feridos no cumprimento do dever. O mesmo recurso do emprego de uma massa de soldados muito maior que a que se lhe poderia opôr, foi empregado numa incursão a Alagoas, na tomada de Itamaracá e na expedição de conquista do Rio Grande, ainda em 1633. Aí, oito companhias, em duro assédio, foram ne-

cessarias à rendição do forte dos Reis Magos, ferido o bravo comandante Pedro Mendes de Gouveia.

Apesar das diversões, impondo a remessa de socorros, o arraial do Bom Jesus, sob o comando direto de Matias de Albuquerque, a tudo resistia. Para flanqueá-lo, levantaram os holandeses um forte em Afogados. Inutilmente, mais uma vez atacaram o épico reduto, na quinta-feira santa em que foi ferido o fundador do Ceará. Contrapondo-se aos holandeses com os elementos negros que desde o início o auxiliavam, organizou Matias de Albuquerque o primeiro corpo dos soldados "henriques", assim denominado em homenagem a seu glorioso chefe, Henrique Dias. Dos índios amigos, já se destacara Potí, o legendário António Felipe Camarão, que o rei faria fidalgo, o mesmo concedendo àquele preto glorioso, comendador de Cristo e mestre de campo. (46)

Em 1634, tocou a vez à Paraíba, duramente atacada em fevereiro, afinal tomada em dezembro, apesar dos esforços defensivos de António de Albuquerque, seu capitão-mor. No Cabo de Santo Agostinho, atendendo à importância da posição, único porto de que se serviam os defensores da terra, fundaram os holandeses dois for-

(46) Cf. Frazão de Vasconcelos — Henrique Dias — Herói da Restauração de Pernambuco, Lisboa, 1940, pág. 11.

tes, com os nomes dos diretores Duss e Gijsselingh, com o objetivo de se oporem ao de Nazaré.

O ano de 1635 foi decisivo para os holandeses em Pernambuco. Esgotada a capacidade de improvisação de recursos, em que foi fértil o heróico general Matias de Albuquerque, não era mais possível a manutenção de seus postos de sacrifício. Distribuindo seus últimos elementos, a André Marin confiou o comando do Arraial, a Pedro Correia da Gama e Luiz Barbalho o forte de Nazaré, a Bagnoli, Porto Calvo, êle mesmo estabelecendo na Vila Formosa de Serinhaem nova base de diminutas companhias de emboscada e de escasso reaprovisionamento dos demais.

Não dispondo de gente suficiente para a defesa de Porto Calvo, cedo retirou-se o Conde de Bagnoli para Alagoas. No Arraial, como escreveu Duarte de Albuquerque, "afinal faltou tudo o que rende, qual seja o sustento, não já de rocins, que isto seria regalo, mas couros, cães, gatos e ratos. E quando disto houvesse o necessário, já não havia pólvora, nem outra munição. Não é de admirar, pois, que se perdesse; não, certamente. Admirável é que em tal estado o sustentasse o governador André Marin, com seus capitães, três meses e três dias." (47)

Pelos mesmos motivos rendeu-se o forte de Nazaré, em julho. "Já não tinham nenhum man-

(47) Duarte de Albuquerque Coelho — Op. cit., pág. 191 verso.

timento. Ao sair nossa gente, alguns soldados caíram mortos, pois parece que os sustentava vivos o não moverem-se." (48)

A Matias de Albuquerque, privado de qualquer ligação por mar, com a perda de tantos auxiliares insubstituíveis, não restava outro recurso senão a retirada, antes que lhe impusessem a rendição. A 3 de julho abalou de Serinhaem "êste êxodo dos que não desesperavam." (49)

Não descreveremos essa marcha dos que abandonavam suas terras e povoações em mãos do herege e do malfeitor. Passagem tão explorada pelos historiadores impressionados com as grandes tragédias, nela não queremos ver o fracasso, a derrota final de um pugilo de bravos que em defesa da Pátria tudo haviam feito, indo além do que humanamente lhes seria lícito exigir. A retirada de Matias de Albuquerque constitue antes legítimo título de glória para nossos maiores, por não ter ocorrido simplesmente à vista de um inimigo sempre superior em número e recursos, senão depois de esgotados contra êle os nossos, até comprovada exaustão. Cinco anos durara a luta, cinco anos sem tréguas e sem grandes esperanças. Nunca o desânimo saltara o general ou seus soldados. Perdidas, uma a uma, e sempre por motivos justos, as posições cuja de-

(48) Duarte de Albuquerque Coelho — Op. cit., pág. 195.

(49) J. Capistrano de Abreu — Op. cit., p:lg. 94.

fesa lhes fôra confiada, uma última vitória assinalou a retirada para Alagoas, em Porto Calvo. Aí teve ocasião de fazer justiça ao traidor Calabar, sem que lhe caibam, por isso, quaisquer reparos, uma vez que nenhuma concessão a seu respeito fôra estabelecida na rendição dos holandeses de Picard, a não ser a de que ficaria à mercê da alçada de El-Rei.

Ao transmitir a seu sucessor o comando que tanto honrou, esclareceu-o Matias sobre as condições em que deveria retomar a campanha, dispondo-se então, de acordo com as ordens recebidas, a seguir para o Reino, onde o esperavam os maiores dissabores e a própria prisão, responsabilizado como foi, por culpas que não teve.

Sua despedida do exército e do Brasil, bem como uma apreciação de como dirigira aquela luta sem exemplo, expressou-as o irmão, sem que por isto se lhe atribua qualquer suspeição, tanta é a justeza de seus conceitos:

"Desejando Matias de Albuquerque ir naquela armada (a que trouxera D. Luiz de Rojas a Alagoas) para evitar as fadigas de uma viagem por terra de mais de cem léguas até a Bahia, não o pôde fazer pela precipitação com que saíram. Com isto teve de partir a 16 de dezembro (de 1635); e a julgar pelas demonstrações de sentimentos que em todos neste dia se viram, podia ele com razão dar por bem empregados tantos

trabalhos e privações que nesta guerra suportou pelo decurso de seis anos. Neles procedeu pelo modo referido nestas **Memórias** e, conforme se vê de vários documentos que decerto merecem mais fé que os êmulos e inimigos que teve, os quais nisto foram mais capitais do serviço d'El-Rei (como depois se viu) que os próprios holandeses; porque negando aqueles a verdade, estes a confessavam, dizendo constantemente que enquanto ele lhes fez a guerra com esses poucos meios que possuía, lhes fizera perder mais de dezesseis mil homens, sendo sempre pessoalmente dos primeiros nas ocasiões em que o Conde de Bagnoli e outros lhe faziam protestos sobre o risco a que expunha tudo, expondo-se tanto, julgando que, se viesse a faltar, não achariam facilmente quem o suprisse.

"Não são menores provas disto os sucessos que depois teve, em tão maior extensão; e o que fez que o inimigo despendesse antes de chegar de apossar-se do campo. São tantos que por muitos os omito, certo de que não deixarão de publicá-los os que os assistiram. Quanto à limpeza de mãos, os seus próprios inimigos poderia apresentar por testemunhas. Nunca recebeu soldo; ficando-se a dever-lhe mais de 36.000 ducados. Dos seus bens gastou muito, sendo preciso ficar empenhado. Bem diferentes exemplos vemos disto em outros.



"Não é menos qualificada a prudência com que governou durante aqueles seis anos, tão longe da Espanha, em terra tão licenciosa e sempre com tanta míngua do com que contam os soldados e governando gente tão belicosa como castelhanos, portugueses, italianos, mamelucos, índios e negros, não tendo nunca entre êles o menor descontentamento, mantendo-os todos em grande união. Chegando isto ao conhecimento de um notável ministro e secretário de Estado, de grande experiência na guerra, louvou-o como cousa rara. Se houver quem me culpe dessa digressão, sei que se tivesse visto o que eu vi, de certo que me culparia de abreviado, mas, se tivesse culpa, também creio que a verdade e a minha modéstia bastariam a desculpar-me." (50)

## VI — GOVERNADOR DAS ARMAS DO ALENTEJO

Passando à Europa, não ficaram encerrados os trabalhos e as penas de Matias de Albuquerque. Responsabilizado pela perda de Pernambuco,

- (50) Duarte de Albuquerque Coelho — Op. cit., págs. 209 V./210 v. — No trecho cit., como nos anteriores, afastamo-nos da tradução, ou antes, da "dedução" das **Memórias Diárias da Guerra do Brasil** em 1855 publicada no Rio de Janeiro por Inácio Acioli da Cerqueira e Silva e Alexandre José de Melo Morais, tão justamente criticada por Varnhagem no Prefácio à **História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1654**, págs. XI-XII.

que mais do que qualquer outro soubera defender, merecendo do Conselho de Estado e de Felipe IV plena aprovação o seu procedimento (51), foi o general processado (52), com a minúcia com que o destino costuma sujeitar os grandes homens, como que a experimentar sua fortaleza d'alma, de modo a ver se eles realmente fazem jus a tão alta classificação, torturando-os em vida para engrandecê-los ainda mais, junto à posteridade. (53)

Não teve sentença final, entretanto, êsse processo que a injustiça dos homens levantou e a que a ingratidão do rei espanhol pôs o selo. Sobrevindo a restauração da monarquia portuguesa, em 1640, Matias de Albuquerque foi posto em liberdade, colocando sua espada experiente a serviço de D. João IV, embora permanecesse do lado de Espanha, provavelmente por injunções de família, devido ao casamento com a filha de um antigo governador de Portugal, o irmão

- (51) Cf. a consulta de 22 de abril de 1630 e a Carta-Régia de 26 de janeiro de 1631, transcritas na **História das Lutas**, cit., págs. 37-38, 95-96.
- (52) Visconde de Porto Seguro — **História Geral do Brasil**, cit., II-327-328, inclusive a nota do Sr. Rodolfo Garcia; e **História das Lutas**, cit., pág. 95.
- (53) Hélio Vianna — "Matias de Albuquerque", crônica biográfica irradiada na "Hora do Brasil", programa radiofônico do Departamento Nacional de Propaganda, a 29 de agosto de 1935, no tricentenário da chegada de Matias de Albuquerque a Alagoas do Norte.

donatário, Marquês de Basto, inutilmente intitulado Conde e Senhor de Pernambuco.

Designado para instruir e disciplinar as guarnições do Alentejo, passou depois a governador das armas da província mais sujeita aos ataques espanhóis, melhorando e aumentando as fortificações de Eivas, Olivença e Campo Maior, ativamente participando das primeiras hostilidades da Guerra da Restauração. (54)

Membro do Conselho de Guerra criado pelo novo rei (55), maiores teriam sido os seus serviços, se os não interrompesse mais uma prisão injusta, pela suspeita de participar na conspiração em que se envolveram e foram justicados os seus parentes Marquês de Vila Real e Duque de Caminha.

Provada sua inocência em inquérito dos mais severos, com inteira razão pôde dizer a *El-Rei*, quando se lhe apresentou: - - "Tem Vossa Magestade a seus pés o mais leal vassalo que pode desejar." (56)

(54) Angelo Ribeiro — "Guerra da Restauração : os primeiros anos", na *História de Portugal*, dirigida pelo prof. Damião Peres, Barcelos, 1934, VI-41-43.

(55) Cel. Alfredo Pereira Taveira — *Sumário Histórico sobre a Defesa de Portugal*, Lisboa, 1906, apud Angelo Pereira — "O Exército da Restauração", na revista *Ocidente*, Lisboa, n.º 21, de janeiro de 1940.

(56) D. Luiz de Meneses, Conde da Ericeira — *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, 1679, Liv. 5.º, pág. 287.

Novamente governador das armas do Alentejo, em 1643, não tardou que um novo impulso imprimisse à campanha fronteiriça, tomando ao inimigo, em terras de Espanha, Alconchel, Figueira de Vargas e Vila Nova de Fresnos. (57)

O ano de 1644, assinalaria, porém, o ponto mais alto da glória militar de Matias de Albuquerque. "Aproximamo-nos de Montijo - - diz o Sr. Angelo Ribeiro - - a famosa batalha que, tendo-se iniciado por uma quase derrota dos soldados portugueses e um completo desbarato da nossa cavalaria, terminou, mercê duma rápida decisão do general em chefe, por um triunfo das armas de Portugal."

"O governo de Madrid mandara um novo general para a fronteira do Alentejo, o Marquês de Torrecusa. O general português preparou-se para nova marcha invasora, pondo em pé de guerra um exército de pouco mais de sete mil homens. Informado das forças de que dispunham os portugueses, o Marquês de Torrecusa deliberou oferecer combate a Albuquerque. Reuniu as guarnições de várias praças sob o seu comando, conseguindo formar um exército de 8.500 homens, cuja chefia entregou ao Barão de Mollingen."

Iniciou este "a marcha para o norte, atravessando o rio (Gadiana), à vista do exército

57) Rocha Martins — Op. cit., fascículos 8.º e 9.º, págs.32032-1.

português, que sairá de Montijo e marchava na campina rasa. Era no dia 26 de maio, pelas nove horas da manhã." (58)

Até aí falou o historiador, dos mais recentes dentre os que se ocuparam do glorioso feito das armas portuguesas. Tenha agora a palavra o próprio autor da história, o general Matias de Albuquerque, governador das armas do Alentejo, pela primeira vez comandante em chefe numa batalha campal, a primeira que travaria Portugal restaurado.

Escrevendo a *El-Rei*, no dia seguinte, com singeleza expôs o cabo de guerra a situação, honra e prudência salutarmente se casando no início do relato :

"Partimos ontem, quinta-feira, dia de Corpo de Deus, às sete horas da manhã, de Montijo, caminho direto para esta vila de Campo Maior, e havendo saído um quarto de légua se nos foi atravessando o inimigo com 34 tropas de cavalaria e com 4 grandes esquadrões de infantaria, e posto que podíamos divertir caminho, e que somente devíamos à nossa reputação seguir à sua vista a mesma rota, e que esta se nos impedia, procurei dispor as vantagens da guerra, para que vendo-as o inimigo, se tivesse tenção de dar batalha a escusasse, porque é ato que devemos obviar quanto pudermos."

(58) Angelo Ribeiro — Op. cit., pág. 57.

"Assim • • prossegue o general - dispus segurar a retaguarda e os dois lados com três ordens de carretas, como o fiz, e dobrei os esquadrões, com primeira e segunda reserva, ordenei três baterias de duas peças cada uma, e dispus que a nossa cavalaria se formasse em 12 batalhões : seis no corno direito e seis no esquerdo, com as frentes para o inimigo, de três, a primeira reserva de dois e a segunda de um, e lhe dei mais 400 mosquetes para cada um dos lados.

— "Assim disposto tudo, repartidos os postos e munições, começou o inimigo a marchar em batalha para nós, e como a nossa vantagem era tão grande, parecia mais temeridade que razão o empenhar-se o inimigo a pôr em contingência perder-se de todo e vendo que sua resolução era de chegar conosco, animei a nossa gente e expus-me à batalha."

— "Animei a nossa gente e expus-me à batalha". - - Cabe aqui um parêntese, para que se recorde ter sido a oportuna evocação de Ourique e *Aljubarrota* a lembrança pelo general feita a seus soldados. Como então, nas grandes batalhas contra o mouro e o castelhano, era a liberdade de Portugal que ali estava novamente em jogo. Na campina de Montijo, Matias de Albuquerque sustentava o mesmo pendão que seu antepassado Afonso Henriques tornara imortal.

"Parte do exército ficou a descoberto e no seu aprumo o ilustre militar verificou a artilharia" - descreve o Sr. Rocha Martins, seguindo Ericeira. "Depois colocou-se junto da bandeira; o general dirigiu-se gravemente aos que iam batalhar.

"Evocava o Deus de Ourique, a tragédia nacional, os sessenta anos de cativo, e acrescentara, em marcial retumbância, apontando a mancha negra do exército espanhol :

— "Esta é a mesma nação que os nossos antepassados sempre venceram, e estes são os mesmos castelhanos de que, nos anos próximos, em todas as fronteiras, temos triunfado."

"Mostrava-os formando uma única linha, em semi-círculo, e prosseguiu :

— "Peco-vos que resistais ao primeiro impulso e seguro-vos que tendes vencida a batalha, porque não ficarão ao inimigo reservas donde se torne a formar a confusão deste primeiro impulso."

"O chefe de guerra, de frases bravas como o clangor dos sons marciais, acrescentou :

— "Devo lembrar-vos que, com igual exército ao que temos no campo do Alentejo, venceu o glorioso Rei D. João I, no campo de Aljubarrota, a *El-Rei* D. João I de Castela, que trazia trinta mil homens."

"E não esquecendo o mais importante dos pormenores, a ausência do general em chefe, apontou a falta :

— "Reparai, ultimamente, que o Marquês de Torrecusa fica em Badajoz, não tendo causa que o impossibilite para se achar na batalha mais do que o temor de perder."

"E eram sublimes tais dizeres na manhã de maio, em terras de Espanha.

"Cheirava a esteva e a húmus; subia, mais diluído, o aroma das plantas calcadas pelos cavalos e pelos homens. Voavam pássaros para as ramarias dos bosques. Ia cheirar a pólvora; voariam balas.

"O general concluía :

— "A pelejar, valorosos portugueses, que o inimigo vem chegado; a pelejar, que é o mesmo que mandar-vos vencer ! " (59)

Apesar de tudo assim bem disposto, não começou a batalha com vantagem para os portugueses. Matias de Albuquerque, na carta citada, não nega a quase derrota, o rompimento das linhas, provocado pela fuga da cavalaria holandesa, já então aliada, o pânico consequente, a certeza da vitória espanhola. Mas, habituado à escola duríssima do Arraial do Bom Jesus, não desanima :

"Havendo-me já morto um cavalo, e levando-me um segundo, debaixo de suas tropas, dando-me o capitão Henrique de La Morlaye (60) o seu, subí nele e fui acudindo a tudo prontamente, a tempo que já andávamos todos misturados, e que escapei dos perigos, como será notório, com as espadas na mão uns e outros. E como a sua cavalaria tinha os esquadrões rotos, e nós não tínhamos um cavalo que nos ajudasse, chegou o inimigo a romper-nos e a ganhar-nos a artilharia."

E' então que Matias de Albuquerque, pessoalmente, toma a resolução que muda a situação, que transforma a derrota em vitória, que o consagraria um grande general dos tempos modernos, se já amplamente o não tivesse demonstrado, nas campanhas do Brasil :

"Vendo eu o último aperto, e que o inimigo ganhava a batalha, resolvi com o general da artilharia (que era D. João da Costa, depois Conde de Soure) e com os mestres de campo Luiz da Silva Teles, João de Saldanha, Francisco de Melo e Martim Ferreira, não havendo entre todos, já então, cem soldados, nem descompostos e unidos, a que avançássemos a chocar com o inimigo, Assim o fizemos, com tal resolução e sucesso,

(60) "Entre 03 oficiais franceses que serviram no exército da Restauração, inclue-se Henry de Morlaye, que em 1644, às ordens de Matias de Albuquerque, sacrificou a vida para salvar a do seu general". (Angelo Pereira — Op. cit., pág. 251).

com as espadas nuas na mão, que não sei que até agora se haja visto, por circunstâncias, outro algum semelhante, porque nos fomos para o inimigo e o lançamos fora, e lhe tornamos a ganhar toda a artilharia e bagagens, e lhe fomos matando muita gente, e o fizemos virar as costas e fugir, indo em seus alcances mais de uma légua, até o fazermos lançar a Guadiana e passá-la sua infantaria sem forma, e nós tão poucos que apenas pudemos no princípio formar um pequenino esquadrão."

Comentando o inaudito acontecimento, sem sobressair a parte que nele teve, diz, simplesmente : - - "Sirva-se Vossa Majestade de mandar considerar o que procedeu, e que sem gente nem cavalaria, perdida a batalha, se ganhou dentro de um quarto de hora."

E mais adiante, depois de nominalmente solicitar mercês para os que se destacaram, omitindo, por modéstia, os próprios feitos, termina a carta ao Rei o autor da proeza, formalista, usando as mesmas palavras com que a História a registraria :

"Foi a primeira batalha que Vossa Majestade felicissimamente deu a Castela, de que ficou vitorioso, pela perda do inimigo, pelo fazer fugir e por ficarem as armas de Vossa Majestade no campo e senhor dele."

Orgulhoso de sua Pátria e de seu Rei, mais

que da glória pessoalmente alcançada, são estas as últimas palavras do notável documento epistolográfico há pouco publicado pela Academia Portuguesa da História :

"Viva-nos Vossa Majestade infinitos anos para amparo de seus vassallos, seguridade de seus Reinos e aumento da cristandade, como ela há mister, e para que vejam os Reis e Príncipes aliados, como Vossa Majestade, que não só campeia o exército de Vossa Majestade por Castela, e lhe ganha cada dia praças, mas que lhe dá e vence batalhas." (61).

\* \*  
\*

A repercussão alcançada pela vitória de Montijo foi extraordinária, sendo primeiro a proclamá-lo o próprio D. João IV, que sagazmente a transmitiu logo a seus embaixadores (62).

Mas a guerra, que com ela não cessou, apesar do profundo efeito moral obtido, ainda ofe-

(61) **Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França**, Lisboa, 1940, I-150-152.

(62) Cf. a carta do Rei a Matias, de 30 de maio de 1644, em que calorosamente lhe agradece a vitória alcançada (incluída nas **Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI**, Lisboa, 1940, II-41-42); carta de D. João IV ao Conde da Vidigueira, no vol. cit. na nota anterior, pág. 149; e ainda outra carta do mesmo soberano a Luiz Pereira de Castro, embaixador nas conferências da Westfália (publicada na **Revista dos Centenários**, Lisboa, n.º de outubro de 1939, pág. 6).

receria oportunidade a Matias, então elevado a Conde de Alegrete, para outros feitos militares.

O cerco de Eivas, pelo Marquês de Torre-cusa empreendido em fins de 1644, novos títulos de estrategista lhe proporcionou, pois, como de costume, embora com grande inferioridade de forças, soube resistir ao inimigo, inutilizando-lhe os esforços.

No ano seguinte, "como o Conde de Alegrete houvesse reclamado com energia certas melhorias, tiraram-lhe o governo do Alentejo." (63)

A êle voltou, entretanto, em 1646, quando atividades administrativas do comando militar, desacompanhadas, porém, de quaisquer ações bélicas de relevo, o ocuparam durante alguns meses, como se depreende da correspondência então mantida com El-Rei, há pouco publicada. (64)

Já a êsse tempo, casara-se Matias de Albuquerque com uma dama da mais alta gerarquia, como êle descendente, por bastardia, das casas reais de Portugal e Castela. Para salvar Pernambuco do confisco em que cairia, por ter o irmão donatário tomado o partido de Espanha, tentara antes casar-se com a sobrinha, D. Maria de Albuquerque, herdeira da capitania brasileira.

(63) Angelo Ribeiro — "De Montijo à morte de D. João IV", na **História de Portugal**, cit., pág. 60.

(64) **Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV**, vols. I e II, Lisboa, 1940.

Nesse sentido, chegara a obter a permissão régia. (65) Mas os corações dispuseram em contrário e a filha de Duarte de Albuquerque Coelho casou-se com D. Miguel de Portugal, sétimo Conde de Vimioso, casando-se Matias com a aludida dama, D. Catarina Bárbara de Noronha, irmã do primeiro Conde de Vila Verde, oitava neta de Henrique II de Castela e de D. Fernando, o Formoso, de Portugal. Foi ela, portanto, Condessa de Alegrete, elevada ao marquesado de Alenquer depois de viuva, sendo Camareira-mor da Rainha D. Maria Sofia de Neuburgo, segunda esposa de D. Pedro II. (66)

Pouco tempo durou êsse matrimonio, de que também não houve sucessão.

"Acabada a campanha - - escreveu o genealogista Afonso de Torres - - pediu o governador das armas licença a El-Rei para recolher-se à sua casa, mas buscando o descanso, nela achou o que têm todos os mortais, porque faleceu deixando, tanto na Europa como na América, opinião de valeroso e as mais que mereciam suas virtudes." (67)

(65) Rocha Martins — *Op. cit.*, nota ao capítulo sobre D. João da Costa, Conde de Soure, fascículo 9.º, pág. 335.

(66) D. Antônio Caetano de Sousa — *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, 1755, págs. 86-87.

(67) Afonso de Torres — Nobiliário, precioso manuscrito inédito, do século XVIII, em 10 vols., que se guarda na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, tit. de *Albuquerque*, I-178 e 178 verso.

"Mereceu o Conde a opinião que conseguiu — disse D. Luiz de Menezes, Conde da Ericeira, na *História de Portugal Restaurado* - - porque era valeroso sem jactância, entendido sem desvanecimento, liberal por natureza, doméstico por costume e prudente por experiência. Logrou no Brasil e em Portugal valerosas ações, que temos referido com menos encarecimento do que mereceram." (68)

Contra a última parte da asserção do historiador, protesta a própria História, que a seus eleitos sempre termina por galardoar, mesmo quando o não fazem os contemporâneos. A Matias de Albuquerque, herói de dois mundos, luso-brasileiro dos mais típicos, defensor da integridade territorial da Pátria que era a de seu pai, como defensor da liberdade da terra em que nasceu, a glória, ainda que póstuma, há-de sempre sorrir com satisfação, nele se revendo através do amor e da admiração que somente aos grandes vultos reserva a posteridade.

(68) D. Luiz de Menezes, Conde da Ericeira — *Op. cit.*, Liv. 9.º, pág. 578.

## ANEXOS

### *Carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro, sobre negócios do Brasil*

(Lisboa, 3 de abril de 1628).

É o n.º 5.785 do Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, vol. I, pág. 492, onde, além de não serem mencionados nem o destinatário, nem os dois importantíssimos apensos, adiante reproduzidos, erradamente se diz ser "acerca de objetos do seu governo."

Consta o respectivo autógrafo do códice Pernambuco, da coleção Castelo Melhor, da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fls. 18, onde literalmente o copiamos. Indicação do respectivo catálogo: I-1-2-44.

O sobrescrito, que escapou aos autores das ementas até agora feitas, ocorre a fls. 24 verso, por letra de Matias de Albuquerque, depois dos dois anexos men-



*cionados no próprio texto: "Ao Cde. de Castro q D s. g.<sup>de</sup>". Trata-se de D. António de Ataíde, Conde de Castro d'Airo e da Castanheira, um dos governadores de Portugal durante a união das coroas ibéricas.*

*A carta, até agora inédita, contém, como se verá, preciosa informação sobre a situação do Brasil em princípios de 1628, assinalando os prejuízos à exportação de açúcar causados pelos repetidos assaltos de navios flamengos aos engenhos do Recôncavo da Bahia, ocorridos no ano anterior, 1621, depois de ter Matias deixado o governo-geral do Estado,*

"P.<sup>a</sup> satisfazer ao q V. S. me manda quizer q V. S. me dera tempo de fazer papel em forma a proposta de V. S. (1) Mas como inporta ser logo mando aqui a V. S. um papel q ora devo dar Sr. Cde. duque (2) das Capp.<sup>as</sup> do brazil

- (1) Sendo, à época, provavelmente membro do Conselho de Portugal, e não um de seus governadores, como só foi alguns anos depois (cf. Visconde de Porto Seguro — **História Geral do Brasil**, cit., V-302) — teria o Conde de Castro d'Airo consultado Matias de Albuquerque, **ex-governador-geral**, sobre negócios do Brasil.
- (2) Conde-Duque de Olivares, poderoso ministro de Felipe IV de Espanha, III de Portugal.

E do que Contem Rendem e Despendem q V. S. se sirvira de mo tornar. (3) Como o hir (4), E tão bem mandarei trasladar outro q dei em 29 de dez.<sup>ro</sup> passado de q V. S. alcansara com mais particularidade o que tem passado na deminuição dos frutos do brazil, donde Carregavão Cada hû anno ordinarium.<sup>te</sup> 300 navios de assucar & do mais q dali se carrega e se não carregão (nê os ha) Sento, avia de Setenta p.<sup>a</sup> oitenta mil Caixas de assucar em Cada hû anno naquelle Estado não se fara metade, os direitos pagão se nas alfândegas de portugal ora mais ora menos por arroba conforme o assucar odi (5) se levantão ou abaixão os dereitos e no brazil não pagão mais q dizimo, da baia tenho Carta de 13 de jan.<sup>ro</sup> E de pernãobuco de 3 de fev.<sup>ro</sup> e não paresião enemigos naquelle tempo. Se V. S. me ordenar q ha dizer nisto alguma Couza mais o farei logo. g.<sup>de</sup> D<sup>s</sup> a V. S. m.<sup>tos</sup> Annos. de Caza em Seg.<sup>da</sup> fr.<sup>a</sup> 3 de Abril de 1628. —

**Mathias dalbuquerque."**

- (3) À margem, com a mesma letra, vem a seguinte nota: "Não vai este papel mas logo o remeterei a V. S. com o outro."
- (4) Quando fôr?
- (5) Palavra ilegível.

*Informação de Matias de Albuquerque, sobre a "diminuição dos frutos do Brasil"*

(Madrid, 29 de dezembro de 1627)

*Extraída do códice Pernambuco, da Coleção Castelo Melhor, existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fls. 19 e 19 verso. Letra diferente da carta autógrafa anterior. Inédita, até agora.*

*Dirigida, possivelmente, também ao Conde-Duque de Olhares, de acordo com a carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro d'Airo, aqui transcrita.*

“Conbiene tanto al Reyno de Portugal la labor del asucar del Brasil que no solamente a su declinación diclinaria, y por el contrario a su aum.<sup>to</sup>; y de quanta importância son los frutos de aquel Estado fue bien entendido por los Snrs. Reyes passados quando privilegiaron y conçedieron exençiones de derechos reales a quien los labrase, y con el discurso del tiempo fue tanto el aum.<sup>to</sup> y uso del azucar por toda la Europa, y tanto por esta causa el cresimiento del comercio de Portugal, que lo que solam.<sup>to</sup> era volvió a ser como oy es juntamente nessessario.

para intelligência de lo que se ha de proponer es de saber que haria el Brasil cantidad de azucar en cada un ano que daban por su diezmo 150U mil cruzados, y 50U mil que dospendian los contratadores en su arecaçion conste bien 200U mil cruzados de que por manifiesta ividênça valian los fructos de que se pagarian dos millones, los quales navegados para el Reino de Portugal, pagos fletes y derechos reales, subian a balor de quassi el dobro que son quatro millones afuera 250U mil cruzados que valerian diez mil quintales de palo Brasil en Portugal que entraban tambien de aquel Estado en Lx cada un ano y afuera otras mercancias de tabaco e algodón. (6)

La minima parte diestas drogas gastaba Portugal y lo mas delias sacaban los estrangeiros a trueco de las ropas y mas mercancias que traian de que aquel Reyno padesse falta y como no las podria escusar sin tornar al parco usso de los antigos (que ya seria imposible) no solamente an los estrangeiros de sacar la misma cantidad de oro y plata como lo hacen por no tener Portugal otra cosa que les poder dar sino es las drogas pues las de la yndia tienen por su via. (7)

- (6) Muito importante é a estatística supracitada, que não se encontra em outros escritos da época e que demonstra o vulto a que então atingia a exportação de açúcar — motivo principal dos anteriores e posteriores assaltos de holandeses.
- (7) Explica este parágrafo o regime comercial em que vivia Portugal, dependendo dos fornecedores de manufaturas europeias, trocadas pelas mercadorias e drogas do Brasil.

Y siendo cosa de tanta importância es la labor de asucar tiene llegado a tan misero estado que en los dos anos passados de 625 y de 626 fueron tomados 60 nabios que salieron de aqui aquel Estado de los que acostumbran a cargar de 300 asta 700 caxas cada uno que para los olandeses q los cogieron bien valerian cada caxon un por otro a sien ducados, y todos mas de tres millones, afuera oro y plata y âmbar que cumbra a venir en los dichos nabios; y 20 nabios mas q tomaron en los mismos dos anos q de los puertos de Portugal salieron para el mismo estado del Brasil cargados de diversas mercaderias q se puede computar la perdida en mas de 500U cruzados (8) sin el valor de los buços y mas pe-trechos de navegacion. (9)

Por esta falta q el Brasil ha tenido, y por este ano aver perdido quassi todos los navios q le quedaron à puerto (10) en tantas imposibilidades a sus moradores q los mas han dexado ya de labrar en sus ingenios el asucar, y los otros no hacen la terçia parte de lo que acostumbra-

(8) 500.000 cruzados.

(9) Outra estatística inédita, relativa ao número de navios portugueses tomados pelos holandeses em 1626 e 1627 aí se contém, corrigindo e ampliando os dados a respeito parcialmente apresentados por diversos historiadores antigos, simplesmente repetidos pelos modernos.

(10) Refere-se Matias às duas entradas de Pieter Heyn na baía de Todos os Santos, ambas em 1627 e não uma neste ano, outra no seguinte, como erroneamente supõem alguns autores de compêndios de História do Brasil.

van. Las rentas reales sin valor, los bassalos sin cauza para bolber a reacerse, el enemigo con armadas sobre sus puertos sin dexarles entrar ni salir nabio y por esta cauza mayor el empesso en que se allan de acudir a su defença, y todo sin (11) haciendo con que lo puedan hacer ultimo extremo de que es fuerza resalvar (?) dano si con la brevedad que combiene le faltare el remedio que consiste en tres cossas la primera segurar aquella navegacion, la segunda enfortificar algunas plassas, (12) la terçera empremiar algunos naturales y moradores de aquel Estado que alla han serbido, y sirven con satisfacion. Para todo esto apuntaré los medios que me paresen mas conbiniente respecto de la necesidad en que todo se halla. En M.<sup>d</sup> a 29 de Diziembre de 1627".

\* \* \*

*Informação de Matias de Albuquerque, sobre as "Capitanias do Brasil e do que contém, rendem e despendem"*

(Lisboa, 1628)

*Extraída do códice Pernambuco, cit., fh. 20 a 22 verso. Inédita até agora, apesar*

(11) Palavra ilegível.

(12) Realmente, de acordo com esta sugestão, tomaram-se providências no sentido de serem melhoradas as fortificações de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

*de sua extraordinária importância para a história do governo de Matias de Albuquerque, especialmente quanto à conquista do Norte e da Amazônia, criação do Estado do Maranhão, despesas da coroa com cada uma das capitanias, suas produções e possibilidades económicas, fortalezas e portos existentes, et c..*

*Dirigida ao Conde-Duque de Olivares, ministro de Felipe IV, conforme a carta por Matias de Albuquerque enviada ao Conde de Castro, aqui também transcrita. Letra diferente da do ex-governador-geral, embora de seu estilo.*

“Comesa a Provincia do Brasil da banda do Norte na Capp.<sup>a</sup> do Pará que he o mayor Ryo que hano (?) descuberto, e segundo algúas noticias antigas de Orelhana e outras modernas se entende que abraça este Ryo a mayor parte das índias Occidentaes, e que terá todos os metaes, e já se lhe acharam m.<sup>tas</sup> Pérolas e o ultimo descobrim.<sup>to</sup> deste Ryo mandou fazer Mathias de Albuquerque por ordem de Sua Mag.<sup>de</sup> pelo Pilloto Ant.<sup>o</sup> Vicente Cochado que subiu até

400 léguas por elle assim. (13) Ahy temos húa fortaleza da banda do Sul da boca do dito Ryo mal fortificada e sem defença. A terra dara Algodão e Tabaco. Tem m.<sup>tas</sup> madeiras. M.<sup>tas</sup> índios y he de grande fundam.<sup>to</sup> ao que se contentar e remanescer, também dara asucar; e se entende que tem cochonilla. Está em prencipio sem mais discubrim.<sup>to</sup> sendo q convém muito darlho.

A segunda he a do Maranhão de pouco fundam.<sup>to</sup> Ruins terras, para Canas de assucar. M.<sup>tas</sup> Madeiras notáveis, tinta de Orocu, Tabaco e Algodão em abundância dá a terra, e ha nella húa Madeira a que chamão Buracutiará q he eicelente nas cores p.<sup>a</sup> obras de Bap.<sup>chs</sup> (?) escritórios e leitos. Já hoje tem prencipiado dous outros emgenhos de assucar de que se não vira a tirar m.<sup>to</sup> fructo. Não ha metaes nem Pérolas, e assy do Pará se deve fazer o fundam.<sup>to</sup>

A treceira he a do Seara. Ruim Porto e baixo a terra sem préstimo p.<sup>a</sup> emgenho de assucar e sem madeiras suposto que também naquele distrito onde chamão Gerequaquará ha pao

(13) Verdadeira revelação contém este parágrafo, de grande interesse para a história do devassamento da Amazônia. Que nos conste, ninguém, até agora, atribuiu tão grande extensão à viagem do célebre piloto, sem dúvida um dos maiores cooperadores da extraordinária empresa, como estão revelando, por exemplo, preciosos documentos cartográficos somente agora estudados pelo Sr. Jaime Cortesão, em conferências promovidas peio Instituto de Estudos Portugueses e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Baracutiara, e nas cabaseiras desta Capp.<sup>ta</sup> se acharão Minas de Prata não muy longe do mar de que te o presente se não tem tratado por aver cinco annos q se descobrirão segundo as mostras que de lá vierão, e emsayos q se fizerão de q o affirmão e certificação nesta forma. Na Praya destas Cappitanias saye m.<sup>to</sup> Âmbar.

Estas tres Cappitanias estão separadas e dadas á jurisdicção do G.<sup>or</sup> do Maranhão, e foi muy justo porque do Governo do Brazil se não podiam governar nem defender (14). de presente não rendem a S. Mag.<sup>de</sup> cousa algũa. Antes S. Mag.<sup>de</sup> lhe tem consignado em cada hû anno a cada uma delias o seguinte : A do Pará sete contos, cento, trinta e quatro mil rs.. A do Maranhão nove Contos, setesentos e seis mil, e novecentos e vinte rs.. E a do Seara seis centos, setenta e tres mil novecentos e vinte rs. q tudo fas soma de dizasete Contos quatrocentos e oitenta e quatro mil oitocentos e quarenta rs.. (15) Sendo q em 13 de Julho de 626 em q Mathias d'Albuquerque. despachou de Pernambuco para aquelle governo a fran.<sup>co</sup> Coelho de Carvalho e lhe deu

(14) E' bem conhecido o motivo da criação do Estado do Maranhão, separado do Brasil : a maior facilidade de comunicações marítimas directaa com o Reino e a impossibilidade da navegação à vela desde a Bahia, na maior parte do ano.

(15) Aliás 17:514\$840, isto é, 30\$000 mais do que a soma do autor.

vinte mil cruzados para elle (16) te hoje se lhe não tem mandado socorro algû com que tudo deve estar perdido e acabado, e isto sem as prassas que agora de novo se acrescentarão no Seara (sem haver p." que) (17) e sem o ordenado do Governador daquelles distritos.

Segue-se a Capp.<sup>a</sup> do Ryo grande que nem tem Porto considerável mais q o em q tem a fortaleza e o dos Búzios e o da Bahya fermossa, nem terras p.<sup>a</sup> emgenhos de assucar, nem mineraes, nem cousa algũa mais que m.<sup>to</sup> linho de Caragoáta e de outras castas; e entre ellas o Seara p.<sup>a</sup> o Norte dos baixos de São Roque em quatro grãos ha salinas mineraes de sal. Esta Capp.<sup>a</sup> tem muitos gados e tabaco.

A Capp.<sup>8</sup> da Paraíba he de m.<sup>ta</sup> importância pelo Porto q tem do Ryo da Cidade Philippea (18) y pollo da Bahya da Treição, por eicelentes terras p.<sup>a</sup> m.<sup>tos</sup> emgenhos d'assucar, pao Brazil, tinta de Orocu e de Araruba, Tabaco, Algodão,

(16) Vê-se, pelo texto, que haveria certa dependência do primeiro governador do Estado do Maranhão ao governador-geral do Brasil, que era então Matias de Albuquerque.

(17) Dois anos depois, quando atacado pelos holandeses em Pernambuco, os socorros a Matias levados do Ceará por Martim Soares Moreno justificariam, amplamente, a criação que êle mesmo impugnou.

(18) Cidade Filipéia, em homenagem a Felipe II de Espanha, I de Portugal, foi a designação inicial da capital da Paraíba, hoje João Pessoa.

e m.<sup>to</sup> linho, e Anil e se lhe deve acudir com fortificação porque está de todo indefençavel. (19)

A Capp.<sup>a</sup> de Itamaracá tem muy boas terras e está com muitos emgenhos de assucar e muy povoada de moradores, não tem Porto considerável, dá m.<sup>to</sup> Tabaco, e tem m.<sup>ta</sup> da erva de q se faz o Anil, m.<sup>ta</sup> tinta de Orocu e Araruba, e pao Brazil, muito linho de todas as castas e muy provida de índios. Tem donatário.

A Capp.<sup>a</sup> de Pernambuco q he junto da de Itamaracá tem sesenta legoas de Costa p.<sup>a</sup> o Sul com m.<sup>tos</sup> Ryos acabando no de São Fran.<sup>oo</sup> m.<sup>tas</sup> vargeas de eicelentes terras, todo o pao Brazil que se navega, muitos emgenhos de assucar, m.<sup>tas</sup> madeiras Reaes, m.<sup>ta</sup> tinta de Orocu e Araruba, m.<sup>ta</sup> erva de Anil, muito linho de Caragoatá de duas castas e de Carrapizo, Sipoo e de tocum, m.<sup>to</sup> Tabaco, Algodão, Canafistula e salsaparrilha, Almesaga, e onde chamão Una l mina de Amatistas, e sobre o Ryo de São Franc.<sup>o</sup> de Cristaes, e nas cabesseiras deste Ryo se tem achado salitre mas não se averigua se he minaral, tem eicelente Porto o a que chamão do AResiffe q ha mister fortificar p.<sup>a</sup> que esteja seguro como cousa em que consiste toda a defença do Brazil, na Costa desta Capp.<sup>ta</sup> ha outros

(19) Mais uma prova da capacidade de previsão de Matias de Albuquerque aí se contém : os fortes da foz do rio Paraíba longamente impediram a invasão holandesa na capitania.

Portos de conçideração; e assy estas quatro Capitánias, do Ryo grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco convinha m.<sup>to</sup> ouvessem (?) húa pessoa q as defendesse e fortificasse com toda a superintendência (20) prencipalmente as duas da Paraíba e Pernambuco, e com menos causa separou S. M.<sup>do</sup> e com Rassão as do Sul do mesmo Estado do Brazil a Dorn fran.<sup>oo</sup> de souza (21), e agora as do Maranhão em franc.<sup>oo</sup> Coelho de Carvalho, porque da Bahia donde esta e convém esteja o governador g.<sup>al</sup> não he possivel acudir a estas Cappitanias do Norte q são de tanta importância. Rendião de setenta para oitenta mil cruzados cada hû anno os Dizimos do Estado. E hoje cinquenta, e fazem dispessa seguinte, a do Ryo Grande tres Contos, dezoito mil, quinhentos e oitenta e hu rs a da Paraíba dous Contos, setenta e nove mil e tressentos e hu rs. a de Itamaracá trezentos e setenta e hú mil, oito centos e quarenta rs. e a de Pernambuco quatorze contos, quatro centos e quarenta e tres mil, quatro centos e vinte rs.. Na Praya destas quatro Cappitanias saye m.<sup>to</sup> Âmbar.

A esta Capp.<sup>ta</sup> se segue a de Serigippe del Rey sem Porto de consideração, sem terras de

(20) Dessa sugestão do próprio Matias decorreu a sua nomeação, em 1629, para o cargo, então criado, de Superintendente da Guerra da Capitania de Pernambuco, Visitador e Fortificador das Capitánias do Norte.

(21) Refere-se à segunda divisão do Brasil em dois governos, ocorrida em 1608.

préstimo mais que p.<sup>a</sup> m.<sup>tos</sup> Gados, m.<sup>to</sup> Caragoatá de q se faz linho. Aqui se disse aver minas de prata que se averiguou não o serem, e de prez.<sup>to</sup> se afirma q as ha de salitre minaral não Rende couza de importância, e gasta S. M.<sup>do</sup> duzentos e oito mil rs.

A esta Capp.<sup>ta</sup> p.<sup>a</sup> o sul se segue a da Bahya cabessa daquelle Estado. He de muitas e muy boas terras, e tem m.<sup>tos</sup> emgenhos de assucar que fazem m.<sup>to</sup> muy bom, da m.<sup>to</sup> Tabaco, e pao Brazil, Algodão e as mais ervas e Arvores que dão tinta; e as de que se faz o linho ha em todo o Brazil, em húas partes mais e em outras menos. tem esta Cappitania húa Bahya notável. O porto he mal seguro. podesselhe Remedear com hú Molhe q he o mais conviniente meyo de que se deve uzar (22), Hú Ryo tem a que chamão Matoim que não he de importância, nem o de outro a que chamão de Paroásu, por ser doze legoas da Cidade. Rendia esta Cappitania com as mais delia anexas em cada hú anno setenta mil cruzados pouco mais ou menos hoje não Rende cousa de sustança e afora o Presidio de nove centos soldados e prim.<sup>ros</sup> planas (23) destas Companhias dispende em cada hú anno

(22) A grande entrada da baía de Todos os Santos condicionava a impossibilidade de sua defesa, naquele tempo mais de uma vez verificada. Daí a sugestão atenuadora de Matias de Albuquerque, nunca totalmente realizada.

(23) Palavra indecifrável.

dezoito Contos, seis centos setenta e hú mil, oito centos e quarenta rs.

Seguesse a Cappitania dos Ilheos q tem muy boas terras e poucos moradores. O Porto he p." navios de pouco porte; e também esta Cappitania da o que as mais mas não esta cultivada em forma que possa de presente ser de Rendim.<sup>to</sup> Tem Donatário, e se despense com ella em cada hu anno cento e cinquenta e sete mil cinquenta e seis rs.

A Cappitania do Porto Seguro também tem Donatário, e está mal povoada, não he de consideração, nem tem Porto que seja ahy se colhe m.<sup>to</sup> zimbo do que entre os negros de Angola corre por d.<sup>ro</sup> E ahy são os Abrolhos. Não Rende couza que importe. despensasse com ella cada hu anno, cento, vinte e hú mil trezentos e vinte rs..

A Cappitania do Esperito Santo tem m.<sup>to</sup> bom Porto de hú Ryo de muito fundo, tem alguns emgenhos de assucar, tem m.<sup>tos</sup> índios suposto que ha bem poucos em todo o Brazil que vivão com nossa doutrina sendo couza de m.<sup>ta</sup> importância que (24) e que se conservará os que ha. O Rendim.<sup>to</sup> da Capp.<sup>ta</sup> não he m.<sup>to</sup> o que com ella se despense em cada hú anno são seis centos e noventa e quatro mil e quarenta rs. Tem Donatário. E aqui se achou mina de esmeraldas.

(24) Palavra ilegível.

A Cappitania do Rio de Jan.<sup>ro</sup> tem eiselente Porto, m.<sup>tas</sup> terras e emgenhos de assucar. suposto que de pouco Rendim.<sup>to</sup> cada hú, tem muito Tabaco, Algodão, e algúas frutas despanha; m.<sup>tas</sup> madr.<sup>as</sup> e entre ella e a do Esperito Santo he o Cabo frio, que tem m.<sup>ta</sup> quantidade de pao Brazil mas não tão fino como o das capitanias do Norte. O Rendim.<sup>to</sup> he ja de importância e ira à mais. o q com ella se dispende em cada hû anno hû Conto, oito centos e seis mil e quinhentos e vinte rs.

Segue a esta a ultima Cappitania p.<sup>a</sup> Sul q he a de São Vicente. tem bastante Porto, muitas Madeiras Reaes. fazemsse ahy m.<sup>tos</sup> navios muy bons. tem m.<sup>ta</sup> xarças cabos de embé que não he tam bom como os q se fazem do Caragoata. Aqui se entende aver minas de ouro suposto q te o presente se não tem achado mais que de lavage muy bom, tratasse pouco de se descobrir. E ao Sul onde chamão os Pattos e Cananea se acharão Pérolas. Ha m.<sup>to</sup> Tabaco, e se pode fazer m.<sup>ta</sup> conta do que poderá vir a ser. Tem Donatário. O Rendim.<sup>to</sup> he pouco, e o q com ella se despense são trezentos vinte e oito mil, quatro centos e oitenta rs."



Edição do Departamento de Imprensa e  
Propaganda — **Diretor-geral: Amílcar  
Dutra de Menezes** — Diretor da Divisão  
de Divulgação: **Heitor Moniz** — Ano de  
1944 — Impressa na Tipografia Mercantil  
R. Quitanda, 47 • Rio de Janeiro - Brasil.